

O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

THE USE OF TECHNOLOGICAL RESOURCES AND ITS INFLUENCE IN STUDENT FORMATION

EL USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS Y SU INFLUENCIA EN LA FORMACIÓN DEL ESTUDIANTE

*Ana Paula V. do Nascimento Calábria

**Nivaldo Alexandre de Freitas

Resumo: O fluxo contínuo de informações na vida cotidiana e as mudanças na forma de aprender e ensinar devido à difusão de tecnologias tornaram relevantes os estudos do impacto dessas transformações no campo educacional. O presente estudo busca compreender o modo como o uso de recursos tecnológicos, nas esferas doméstica e escolar, influencia o processo de escolarização e formação do estudante. Foi realizada pesquisa bibliográfica em que foram estudados alguns dos limites da possibilidade da tecnologia ser uma aliada no processo de formação. A análise e a interpretação do material disponível permitem inferir que o uso de recursos tecnológicos, seja no contexto familiar, seja no escolar, deve estar estreitamente relacionado a uma ideia de formação humana para a autonomia e não apenas de escolarização para uma formação técnica. Vê-se que os recursos tecnológicos têm se tornado novos meios da indústria cultura, que tende a transformar cultura em mercadoria, e seu uso na vida cotidiana precisa ser refletido com cuidado, já que contribui para a semiformação. Pais e professores desempenham importantes papéis no processo de formação, visto que são mediadores capazes de propiciar autonomia ao estudante. Os pais não são meros impositores de regras, assim como os professores devem desempenhar seu papel para além da transmissão de conteúdos. Cabe, assim, pensar os efeitos do uso dos recursos tecnológicos na vida de crianças e jovens para fornecer subsídios aos pais e professores de forma a poderem promover o uso racional da tecnologia na educação escolar e na formação dos estudantes.

Palavras-chave: Escolarização. Formação. Família e Educação. Tecnologia e Educação.

INTRODUÇÃO

A participação da família no processo educacional deveria ser algo bastante valorizado, pois é um dos fatores para a formação de sujeitos autônomos e, conseqüentemente, provocador de mudanças da estrutura social. A família é um dos agentes mais importantes, dentro e fora da escola, no processo de formação. Sua ação pode ser um motivador para o sucesso escolar ou pode ser um elemento desfavorável para as experiências de escolarização e formação cultural.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFP/PR), Graduação em Psicologia (UFMT).
ORCID: 0000-0002-5612-0779. E-mail: anapaulapsic@outlook.com

** Doutor em Psicologia Escolar (USP/SP), Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMT/MT). ORCID: 0000-0001-9900-4041. E-mail: nivafreitas@gmail.com

Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.28-46, Març./Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6146.

Os pais que participam da formação escolar de seus filhos se veem hoje diante de uma dificuldade específica: como usar em favor da educação os novos recursos tecnológicos digitais de informação e comunicação, evitando que funcionem como obstáculos?

Se não forem adotados certos cuidados, o computador, por exemplo, pode dispersar a atenção do estudante ou limitar em demasia sua sociabilidade, apenas para citar alguns efeitos negativos da forma como a técnica pode estar presente na vida do sujeito em formação (CROCHÍK, 1998).

Os recursos técnicos, principalmente relacionados à comunicação, têm conquistado amplo espaço tanto na escola como em casa. Na escola, os professores têm procurado meios de integrar o computador, o celular e até mesmo o *videogame* como instrumentos que podem auxiliar o ensino e aprendizagem de determinados temas, obtendo sucesso em muitos casos. Mas e em casa? Como isso se dá? Seriam os pais capazes de usar os mesmos recursos em favor da formação de seus filhos? Muitas vezes se percebe que a rapidez das mudanças tecnológicas tem levado ao uso não ponderado de certos recursos que maciçamente se presentificam em meio às relações sociais (OLIVEIRA; REGO; TRENTO, 2002).

No caso da educação escolar é preciso entender o quanto os pais, como agentes formadores, devem intervir no modo como seus filhos se relacionam com os recursos tecnológicos. Nisso consistiu o objetivo da pesquisa que ora se relata neste artigo.

A escola ainda não é vista como uma aliada pelos pais e pela sociedade para a formação de cidadãos, havendo pouca ou nenhuma participação dos pais nas atividades desenvolvidas por ela. A escola foi originalmente criada com objetivo de repassar conceitos morais; após a Revolução Industrial, seu objetivo passou a ser a formação para o trabalho; e apenas recentemente se tem percebido a importância de se formar para o convívio social (PATTO, 2015).

Em meio a uma série de mudanças, é necessário que a educação avance para além da formação para o mercado de trabalho e busque o desenvolvimento da sensibilidade dos sujeitos para a produção de experiências e a identificação com as diferenças (CROCHÍK, J.; CROCHÍK, N., 2008).

Os pais e a escola deveriam manter um espaço de estreita comunicação, por estarem incumbidos da formação de um mesmo sujeito. A psicologia escolar tem como característica procurar a integração de ações que facilitem a aprendizagem e o desenvolvimento da comunidade escolar e por isso pode contribuir para a problematização acerca da participação dos pais na vida escolar dos filhos (PRETTE, 2003).

A família precisa reconhecer que a educação escolar faz parte não apenas da realidade da criança, mas também da sua. O psicólogo escolar pode auxiliar as famílias a entender que a escola é um direito e não um favor; entretanto, é necessário que a escola e os pais atuem juntos no desenvolvimento e na formação dos estudantes (PATTO, 2015).

A psicologia escolar se faz necessária em tempos em que as famílias não se veem preparadas para auxiliar a escola na formação do estudante diante da invasão de recursos tecnológicos que fazem parecer que os pais têm pouco a ensinar, pois seus filhos já demonstram grande mobilidade diante dessas tecnologias e um de seus efeitos é o acesso a uma grande quantidade de informações, mas que nem sempre são articuladas com conhecimento e com experiências. A questão é exatamente examinar o limite da possibilidade da tecnologia ser uma aliada no processo de formação.

MÉTODO

Este estudo se deu com base na análise de produções científicas nacionais que, de alguma forma, tratam do tema “uso dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e sua influência no processo de formação e escolarização do estudante”.

Realizou-se pesquisa da literatura nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), em bases eletrônicas das instituições de ensino públicas do Brasil, e em obras das áreas de psicologia escolar, educação e psicanálise. Os termos de busca usados foram: escolarização; formação humana; família e tecnologia; educação e tecnologia; e semiformação.

Inicialmente foi realizada pesquisa sobre a literatura de psicologia escolar. Posteriormente, procurou-se compreender o papel da tecnologia digital na vida cotidiana na atual sociedade – especificamente na área educacional – e o modo como o estudante tem se apropriado desses recursos tecnológicos.

Em seguida, procurou-se investigar de que maneira pais e educadores podem se beneficiar do uso de recursos tecnológicos para a escolarização do estudante, bem como entender seus limites e malefícios e, ainda, a influência desses recursos para a socialização do estudante na escola e no grupo familiar.

O método utilizado foi bibliográfico de abordagem qualitativa. As questões históricas e teóricas não se esgotaram neste trabalho, seja nas temáticas psicológicas, subjetivas, seja nas temáticas sociais, ou seja, política, social e econômica, uma vez que a sociedade se encontra

em constantes transformações, acarretando, com isso, mudanças constantes na forma das pessoas se relacionarem e utilizarem os recursos tecnológicos (PEREIRA, 2008).

Conforme Martin-Baró (1996), o psicólogo deveria voltar às raízes históricas da própria psicologia e, assim, reverter o movimento que limitou a análise psicológica à conduta, isto é, ao comportamento enquanto observável, e direcionar seu olhar para a consciência humana – consciência assim entendida como a imagem que as pessoas têm de si mesmas, imagem que é o produto da história de cada um e, obviamente, não é um assunto privado, mas inclui, também, as representações sociais:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber, ou o não saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais, um saber prático mais que mental, já que se inscreve na adequação às realidades objetivas de todo comportamento, e só condicionada parcialmente se torna saber reflexivo. (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 14).

Desse modo, realizar pesquisa bibliográfica significa um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico consultado, exigindo com isso a vigilância epistemológica (LIMA; MIOTO, 2007).

A SEMIFORMAÇÃO E O USO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS

O século XXI está sendo marcado por mudanças constantes, seja na vida social, seja nas tendências culturais, estéticas e até afetivas. Mas houve, sobretudo, uma revolução no campo das tecnologias. Isso produziu uma sociedade digital, o que trouxe efetivamente enormes implicações educacionais.

No Brasil, após o rompimento democrático de 2016, tem se percebido cada vez mais a tentativa de desestruturar o ensino público, laico e gratuito. A mídia brasileira desempenha um importante papel no sentido de deturpar informações, patrocinada por empresas que visam apenas o lucro em detrimento de uma educação emancipatória:

Novos hábitos de consumo, novas modalidades de lazer, novas áreas de atuação profissional, novos comportamentos, novos modos de pensar, entre outras transformações, se tornam possíveis graças ao surgimento de determinadas tecnologias. Esse momento parece propício não apenas para o estudo das relações entre humanos e técnicas, mas também para o questionamento desses campos como polos opostos. (LOPES; MELO, 2014, p. 50).

Na atual dinâmica social, os meios de aprender e ensinar, devido ao uso de recursos tecnológicos, encontram-se diversificados, operando, por vezes, como motivadores ou obstáculos no processo de formação e escolarização do estudante. Muitos autores defendem que o aumento do uso dos recursos tecnológicos é benéfico às relações sociais, ao mundo do trabalho e ao indivíduo:

O contexto social em que vivemos é marcado pela rapidez e imediatismo proporcionados por novas modalidades de acesso, armazenamento, recuperação e intercâmbio de informações. Essa caracterização não apenas nos coloca diante de possibilidades únicas de construção e manipulação de conhecimentos, mas, também, origina formas distintas de trabalho, comunicação e interação com o meio, com o outro e com o próprio indivíduo. (SOTO; MAYRINK; GREGOLIN, 2009, p. 14).

O desenvolvimento tecnológico gerou uma sociedade ávida por informações em grandes quantidades, de consumo rápido, sem grandes ambições de produzir algo novo. Nesse sentido, os atos de aprender e ensinar podem acabar sendo prejudicados. Trata-se de uma época em que os sujeitos estão profundamente familiarizados com os recursos da internet, mas com alguma dificuldade de discernimento sobre o que ler, como ler, associar uma informação a outra e, com isso, criar um conceito.

Desse modo, a cultura favorece a formação de sujeitos que repetem sem cessar, que não elaboram, apenas reverberam as informações recebidas, deixando de lado o passado, o conhecimento e as experiências. Lajonquière (2009, p. 99) afirma que: “Na modernidade, o cotidiano passa a estar tencionado em direção ao futuro e não mais organizado a partir de uma referência ao passado”.

Atualmente a formação cultural se converteu em uma semiformação socializada, diz Adorno (2005), e na onipresença do espírito alienado. Nesse sentido, tudo fica aprisionado nas malhas da socialização. Na esteira disso, as tendências à barbárie se fortalecem à medida que a formação humana não faz frente a ela:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás, uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade. (ADORNO, 1995, p. 155).

Esta sociedade, além de produzir homens e mulheres cada vez mais pobres de experiências, propicia a formação de mentalidades rígidas; tudo já está pronto para ser

consumido, respaldado pelo discurso do especialista competente. Essas simplificações respondem às demandas imediatas do pensamento e bloqueiam gradualmente a reflexão do objeto e os condicionantes sociais, não permitindo assim a experiência, a identificação e a diferenciação (SILVA; SANTOS; DOURADO, 2014).

A possibilidade de identificação com as diferenças poderia contribuir para a redução da violência e o desvelamento da injustiça social. Desse modo, a educação atuaria com propulsora da desbarbarização dos sujeitos, sendo que esse deveria ser um dos seus principais objetivos.

A sociedade atual é caracterizada “[...] por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável, e efêmero, e que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações” (ADORNO, 2005, p. 15).

Os conteúdos culturais aprendidos na consciência, que seriam capazes de suscitar pensamento crítico que conduziram a transformações significativas nas ideias, nos valores e nos comportamentos dos indivíduos, dessa forma não se realizam, uma vez que o que existe é a predominância do pensamento estereotipado típico da semiformação, extremamente afeito às práticas do preconceito e da rotulação dos comportamentos das pessoas (ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017).

Para que os indivíduos possam se emancipar é preciso uma certa firmeza do eu, em que os indivíduos possam refletir criticamente sobre seu modo de vida. Mas com a tendência de pobreza de experiência e de semiformação, com as quais as novas tecnologias vêm colaborando em vários aspectos, não é possível formar um eu capaz de reflexão; logo, o que se tem são os fenômenos da fraqueza do eu conhecidos pela psicologia, como divisão do sujeito, alienação e angústia (ADORNO, 1995).

Ariès (1981) enfatiza que as práticas socioculturais fizeram surgir o sentimento moderno de infância, mesmo que de maneira não linear pelo mundo. Na era medieval, a sociedade não se preocupava em formar a criança e acompanhá-la em seu desenvolvimento, isto é, não havia distinção entre adultos e crianças. No final do século XIX, com o surgimento das ciências, a crescente industrialização da sociedade e a expansão capitalista, a infância passou a ser prescrita e normatizada pelo conhecimento científico e a ser pensada no seu devir, ou seja, naquilo que ela seria capaz de ser no futuro. Essa tendência, hoje, vem se aprofundando por meio das expectativas de formação de futuros consumidores e na tomada da própria infância como mercadoria a ser consumida:

Deixar a criança presa no lugar de um produto que sirva de sustentação para as políticas do Estado faz dela um excesso, um resto ou dejetivo, a respeito de quem o Mestre capitalista nada quer saber. Nesse tipo de articulação, a preocupação não é com o Bem, tal como ocorria na Antiguidade, mas sim com o desejo de reinar sobre objetos de consumo, mesmo que esses objetos sejam crianças. (COHEN, 2004, p. 259).

Nessa perspectiva, a educação atualmente é pensada na substituição da inspiração humanista pelo senso prático, regido por critério econômico. Se para Freud (2016), a educação era vista como um dos meios pelos quais as crianças poderiam sublimar seus impulsos sexuais, atualmente, devido ao modelo de educação vigente, isso não é mais possível, o que dá lugar a um modelo absolutamente tecnicista de educação e ao fracasso escolar:

O crescente fracasso escolar, como um sintoma contemporâneo, denuncia a existência de uma educação baseada em uma suposta igualdade entre homens e mulheres e entre adultos e crianças, regida pela ética do consumo. Como consequência, difunde-se na cultura uma promessa de gozo, segundo a qual quase tudo é permitido. (COHEN, 2004, p. 258).

O tecido social vigente, formado pela família, pela escola e pelo Estado, produz um laço social fragmentado, pois é atravessado pela ética e pela política capitalista, ou seja, pelo consumo. Um professor não consegue mais ocupar o lugar de ideal de eu em relação a seus alunos. Para que o processo de emancipação ocorra é necessário o rompimento com a figura da autoridade, mas antes disso deve ocorrer a descoberta da identidade:

É o processo que Freud denominou como o desenvolvimento normal pelo qual as crianças, em geral, se identificam com uma figura de pai, portanto, com uma autoridade, interiorizando-a apropriando-a para então ficar sabendo, por um processo sempre muito doloroso e marcante, que o pai, a figura paterna, não corresponde ao eu ideal que aprenderam dele, libertando-se assim do mesmo e tornando-se, precisamente por essa via, pessoas emancipadas. (ADORNO, 1995, p. 177).

Mas dificilmente os pais e professores conseguem hoje competir com os modelos fornecidos pela indústria cultural e disseminados com muita rapidez graças às tecnologias da informação. As tecnologias digitais marcam um novo período no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Não é possível falar em eras bem definidas desde a sua implantação, dada a capacidade de coexistência e complexificação das TICs. Na época atual, essas tecnologias estão presentes nos espaços de lazer, trabalho e outras atividades cotidianas de muitas pessoas, favorecendo o desenvolvimento de novos modos de pensar e de aprender, especialmente pelo público infanto-juvenil, que tende a apresentar mais interesse e familiaridade em seu uso (LOPES; MELO, 2014).

A sociedade modifica a natureza por meio da tecnologia, e esta, por sua vez, modifica o homem, ainda que o homem moderno não se perceba nesse movimento. O uso de tecnologia em todos os contextos sociais dinamizou a forma como o homem se percebe e é percebido. A subjetividade é construída pelas novas formas de se relacionar, mas principalmente pelo processo sempre presente de subjetivação e alienação com o meio.

A educação brasileira vem buscando se adaptar às novas formas de aprender e ensinar com uso de recursos tecnológicos, visto que é inegável que eles se fazem presentes em todos os contextos sociais — família, escola e trabalho, entre outros. Desse modo, até que ponto o uso de recursos tecnológicos contribui para a formação e a escolarização do estudante, uma vez que, como esclarece Adorno, quanto “[...] mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente” (ADORNO, 1995, p. 11)?

A escola necessita romper com a sua intencionalidade, que é a criação de corpos adaptados e controlados para o mercado de trabalho, e avançar para construção da formação humana, pois ela, a escola, desempenha um dos mais importantes papéis da modernidade: a produção de subjetividade. Nessa perspectiva, o exercício de uma postura questionadora, reflexiva e crítica esclarece o professor e o distancia de práticas repetitivas, intuitivas e voltadas para a transmissão de conteúdos, permitindo que continue indagando e não se acomode diante de dificuldades e situações problemáticas.

Com a crescente expansão e utilização dos recursos tecnológicos, o governo federal, por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) (BRASIL, 1997), implantado em 1997, tem apoiado a aquisição de computadores pelas escolas públicas. Dessa maneira, gradativamente as famílias brasileiras foram aderindo ao uso dessas tecnologias — as crianças em maior número, em comparação com os adultos, uma vez que muitas famílias não tinham computador em casa, enquanto as crianças já passavam a ter acesso a computadores no ambiente escolar:

Nesse contexto, essas tecnologias chegam às escolas da rede particular e pública de ensino. Nas escolas da rede pública, por meio de iniciativas governamentais, como é o caso do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Conforme o Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, o Programa tem como principal objetivo a promoção do uso pedagógico das TIC, sobretudo através da implantação de ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais – os laboratórios de informática. As instituições de ensino, em especial os professores, muitos dos quais não estão familiarizados com essas tecnologias, encontram-se agora diante do desafio de integrá-las às suas práticas pedagógicas. (LOPES; MELO, 2014, p. 51).

Qual seria o caminho para integrar as novas tecnologias às práticas pedagógicas sem tornar tais práticas uma mera repetição da realidade e veículo da indústria cultural? Os caminhos da autorreflexão e da reflexão compartilhada fornecem subsídios para programas de formação docente, em um sentido amplo, e de formação tecnológica, em âmbito particular, gerando questionamentos como: quais instrumentos tecnológicos usar?; quando?; para quê?; como?; e por quê (SOTO; MAYRINK; GREGOLIN, 2009, p. 21)?

Na atualidade, percebe-se que o professor não representa a autoridade de outrora, posto que a dinâmica social dificulta a sua instauração. As transformações com relação ao corpo e o sentimento moderno de infância contribuem para o declínio da imago social do pai, que na atualidade se encontra perdida na incapacidade do homem moderno de garantir a sua lei. Na sociedade capitalista a lei que impera é a lei do consumo. Nesse contexto, o uso de recursos tecnológicos pode ser prejudicial se não forem considerados alguns aspectos inerentes à transmissão, à autoridade e à emancipação dos sujeitos. A reflexão sobre tais questões deve nortear as práticas pedagógicas que inserem as novas tecnologias na escola.

FAMÍLIA E ESCOLA COMO ESPAÇOS DE TRANSMISSÃO DA CULTURA

Hoje acredita-se que basta uma boa estimulação dos alunos para que haja um aprendizado eficaz. A naturalização do discurso educacional e do dispositivo escolar fez declinar o ensino em vista da aprendizagem; a escola passou a centrar-se no aluno e no aprender em vez de no professor e no ensinar. Isso só foi possível na medida em que os conteúdos escolares foram banalizados em razão da adequação ao dito “método natural”, no qual o que importa é apenas a boa aplicação do método (BATISTA, 2014).

No século XVIII, a escola, na tentativa de barrar o declínio da transmissão da educação, passou a ser pública, laica e gratuita. Nessa perspectiva, a educação é concebida, sobretudo, como formação cultural, que preza pelo ensino de conhecimentos abstratos, formais e teóricos e que não passa ao largo do desejo. A ênfase da educação está assentada na formação cultural, a metodologia tende a ser relativizada, prezando pela reflexão inesgotável acerca dos fins éticos, e, assim, o mero cálculo estratégico dos meios técnicos não é determinante (BATISTA, 2014). Não significa que com isso a técnica seja deixada de lado, mas que outras possibilidades sejam consideradas: “A educação crítica é tendencialmente subversiva. É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e

receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com outro não-idêntico, o diferenciado” (ADORNO, 1995, p. 27).

Devido à semiformação, o sujeito é impedido de se formar humanamente, de se identificar com as diferenças. O processo de adoecimento do homem moderno é rotulado de acordo com diagnósticos líquidos, receitas prontas, desconsiderando o fato de que nenhum fenômeno psicológico possui força motriz própria:

Tais diagnósticos que acreditam em si mesmos, com força de lei, e que gerem a produção de práticas clínicas, curiosamente estão ficando cada vez mais sólidos. E é uma solidez que não se desmancha no ar, mas que produz um tipo de convicção, de práticas de consumo, de autorização de modulação química de experiências subjetivas jamais visto antes. [...] Daí o que aparece é a violência sólida dos diagnósticos concentracionários. Chamo de diagnósticos concentracionários justamente esta forma de diagnóstico que esqueceu sua própria condição hermenêutica, que se esqueceu de sua própria história, que se constringe a seguir as normas de uma redução administrativa da experiência de mal-estar ao sofrimento e do sofrimento ao sintoma. (DUNKER, 2014, p. 89).

O formalismo, presente na ideologia da racionalidade tecnológica, procura não tratar os desiguais de acordo com as suas desigualdades. Pelo contrário, transforma o desigual em igual, o infeliz em feliz, o oprimido em livre e o injusto em justo, ao negar as condições sociais que geram a infelicidade, a opressão e a injustiça. Assim, ao defender a democracia formal, e não a plena democracia, e a cidadania formal, e não a plena cidadania, auxilia na criação de uma consciência expropriada de si mesma, ou seja, que se impede de perceber o que se percebe. Agora não temos apenas a miséria material, mas também a miséria psíquica, que não é determinada psicologicamente (CROCHÍK, 2007).

Diante desse contexto, os pais se sentem incapazes de lidar com seus filhos sozinhos e acabam por delegar a filiação; diante a menor dificuldade, recorrem aos protocolos prontos que ordenam como devem atuar. Por consequência temos uma:

Infância como significando um ideal de criança já feita, pronta. Um ideal que predica que não precisam de nós nem de outros, não precisam do auxílio alheio, não precisam da decisiva autoridade dos humanos que os assistem pela educação e transmissão da linguagem, da cultura para se fazerem sujeitos. (MINNICELLI, 2014, p. 205).

Contudo, a posição simbólica da criança se estrutura no terreno cênico do pai e da mãe, em que eles transmitem uma legalidade e uma herança simbólica, na qual entra em ação o acontecimento da filiação e do familiar. Filiação de um filho-criança a uma genealogia, a uma linhagem, a uma história que, sem que ele saiba, o precede e faz com que ele exista para além de seu corpo, da sua herança genética, do seu organismo (LEVIN, 2001).

Nessa perspectiva, a maneira pela qual os pais adquirem conhecimento e experiência com as tecnologias predirá o modo como eles mediarão a utilização dos recursos tecnológicos na vida de seus filhos, sendo que pais de nível socioeconômico inferior muitas vezes sentem menos confiança que os seus filhos no uso de tecnologias. Isso porque existe uma lacuna de geração sobre conhecimentos de tecnologia entre pais e filhos (BRITO, 2017), uma vez que, como dito anteriormente, o contato da maior parte dos brasileiros com recursos tecnológicos se deu por meio da implantação destes nas escolas públicas. Isso explica a disparidade de acesso dos pais em relação aos filhos. Por outro lado, pais que possuíam poder aquisitivo mais alto já acessavam a tecnologia em casa e no trabalho. Dessa maneira:

Proporcionar aos alunos menos favorecidos que frequentam os bancos da escola pública o letramento digital significa utilizar as tecnologias de informação e comunicação para conectar-se com o mundo, não se limitando à aprendizagem descontextualizada de um código ou ao treinamento enclausurado para adquirir destreza no domínio da tecnologia. Trata-se de inserir as tecnologias presentes na sociedade em processos educativos segundo a visão crítica e libertadora de Paulo Freire (2001) de modo a proporcionar aos alunos condições de efetuar a leitura do mundo digital, a escrita da palavra, a produção de conhecimentos para o pleno exercício da cidadania e a inserção na sociedade e no mundo do trabalho. (ALMEIDA, 2008, p. 27).

Do mesmo modo, os níveis acadêmicos e socioeconômicos influenciam nos comportamentos e nas percepções dos pais em relação ao uso de tecnologia. Ou seja, pais com nível acadêmico mais baixo são mais propensos a co-utilizar a televisão com os filhos do que os pais com nível acadêmico mais elevado. Com relação ao nível socioeconômico, as famílias de baixa renda promovem aos filhos uma educação de hierarquia e obediência. As famílias de nível elevado estimulam os filhos a pensarem, a serem responsáveis, de modo a promoverem o autocontrole e a saberem expressar a sua opinião (BRITO, 2017).

Porém, deve-se considerar que os indivíduos, na cultura da semiformação, demonstram mais dificuldades para acessar os bens culturais, uma vez que a autonomia não teve tempo de constituir-se e a sua consciência passou diretamente de uma heteronomia a outra. Segundo Adorno (2005), a autoridade da Bíblia foi substituída pelo domínio dos esportes, da televisão e das “histórias reais”, apoiadas na pretensão de literalidade e de facticidade aquém da imaginação produtiva.

Houve um tempo em que a valorização de uma pessoa culta se obtinha pela via da admiração e do esforço em aprender, ou seja, o conhecimento se dava de maneira aprofundada. Em tempos atuais, ele se dá por meio da aparência vinculada a certa imagem de parecer saber. Dessa forma, o conhecimento ocorre por meio da memorização de conteúdo do

semiformado para que assim ele possa ser conhecido como alguém que detém verdadeiro saber (ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017).

A mídia digital e a internet permitem o acesso rápido a obras literárias sob a forma de dados, facilitando, assim, a acessibilidade imediata das informações. Logo, a memorização da obra substitui-se à memória de sua localização como dado, comprometendo a capacidade do leitor de apreender e memorizar o material lido. Em outras palavras, o compromisso do leitor com a memorização do texto lido se reduz, enquanto sua preocupação com as estratégias de busca de informações aumenta. A reificação da experiência literária ameaça a autonomia do sujeito, já que uma leitura crítica se torna prerrogativa mais ou menos restrita a determinados tipos sociais e grupos de especialistas (DADICO, 2017).

O apagamento da construção de memória faz surgir uma massa, que, não se recordando do passado cruel, pode vir a repeti-lo, em razão de não ser capaz de elaborá-lo. Não se trata da necessária capacidade cognitiva de lembrar e memorizar os fatos bárbaros e refletir sobre eles, mas, sim, seria um tipo de memória alicerçada na sensibilização humanista de que o horror bárbaro não poderia ser mitigado por meio da justificativa de que aquilo que aconteceu nos campos de concentração, por exemplo, não fora tão terrível assim (ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017).

As experiências das crianças com tecnologias e o tempo de utilização de equipamentos digitais são influenciados por fatores como o estilo de vida da família. Para a maioria das pessoas, ter um emprego em tempo integral, cuidar das tarefas domésticas básicas e ser pai/mãe consomem bastante tempo, questões que podem levar os pais a renunciarem às suas responsabilidades de supervisão, permitindo que os seus filhos se entretendam maioritariamente com tecnologias (BRITO, 2017).

Também na escola o professor necessita pensar acerca das mudanças trazidas pelas novas tecnologias e manter a tensão entre adaptar-se e resistir a ela:

Em uma sociedade na qual os novos dispositivos tecnológicos assumem um papel principal na vida do indivíduo é necessário repensar não apenas o modo de redimensionar práticas educacionais, mas também a composição dos ambientes escolares. Torna-se imprescindível que a figura do professor se aproprie em maior intensidade das tecnologias, sejam elas infocomunicacionais ou não, visando rever sua prática e compreensão de uma mudança que não é pontual, mas que acontece a todo o momento, redefinindo papéis e novas formas de pensar. (OLIVEIRA; PORTO, 2016, p. 14).

Nesse cenário, a imagem do professor necessita ocupar um posto central como figura de autoridade carregada de sentimentos ambivalentes: por um lado inspira raiva; por outro,

admiração e respeito. De acordo com Antônio Zuin e Vânia Zuin (2017), o que está em jogo é a crescente exaltação da autoridade tecnológica em detrimento da autoridade pedagógica dos educadores. Os alunos possuem um sentimento de onipotência que, na condição de um deus que porta seu celular, controla quando, onde e como acessar qualquer tipo de informação.

Isso, alinhado ao fato de que a “[...] regressão da instituição escolar à sua função adaptativa favorece a internalização de valores sociais destrutivos como a competitividade selvagem, a frieza desmesurada e a apática reificação do outro” (SILVA et al., 2017, p. 52), fez com que a escola não resistisse ao surgimento de fenômenos como a personalidade autoritária e a desconsideração pela autoridade do professor.

De acordo com Lopes e Melo (2014), os alunos de hoje são falantes nativos da linguagem digital da internet, dos *videogames*, dos telefones celulares e de muitas outras tecnologias. Entre as características dos novos modos de aprender estão o acesso aleatório e o processamento rápido de informações enquanto, simultaneamente, outras tarefas são realizadas e a preferência por imagens, em vez de textos, por gratificações instantâneas e pelo trabalho em rede.

Entretanto, como ressalta Dadico (2017), se faz necessário que:

O leitor se coloque em experiência no campo para reconstruir o universo da obra e realizá-la esteticamente, alimentando-se de um tempo outro, encerrado na obra, mas projetado para o futuro por meio do exercício criador da leitura. É necessário ressaltar que, em virtude do caráter coletivo da experiência, as potencialidades abertas pela leitura estão articuladas a elementos que não são de domínio exclusivo do indivíduo, e não dependem, portanto, unicamente do esforço ou capacidade individuais. (DADICO, 2017, p. 729).

Na atualidade, a tríade relacional professor-tecnologia-aluno se apresenta em dificuldade: a ausência da atenção dos alunos às explicações dos professores faz com que esses educadores se recusem pedagogicamente a discutir com os alunos sobre o que significa aprender e ensinar em tempos da universalização das tecnologias digitais — apesar de esta ser uma pauta recorrentemente apresentada por vários autores contemporâneos. No momento atual é indispensável a discussão sobre a ‘alfabetização crítica da mídia’, principalmente em relação à mídia digital, haja vista que o aprendizado não se restringe ao uso operacional de tais tecnologias (ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017).

Para fomentar tanto a leitura quanto a discussão crítica das imagens e dos conteúdos que são digitalmente difundidos, principalmente mediante o uso contínuo e incessante das redes sociais, Kellner e Share elaboraram pressupostos conceituais:

1) A identificação da mídia e da comunicação como processos sociais, ao mesmo tempo em que se opõe à aceitação de textos como transmissores de informação

Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.28-46, Març./Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6146.

neutros e isolados. 2) A promoção de um tipo de análise de textos que investigue suas linguagens, gêneros, códigos e convenções. 3) A exploração do papel desempenhado pelas audiências na negociação de significados. 4) A problematização do processo de representação com o intuito de revelar e empreender questões relacionadas à ideologia, ao poder e ao prazer. 5) A investigação da produção e das instituições que motivam e estruturam as indústrias da mídia como empresas que visam ao lucro corporativo. (KELLNER; SHARE, 2007, p. 65 apud ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017, p. 228).

Lopes e Melo (2014) consideram que o uso das TICs traz novas possibilidades de inovação para o campo educacional. No entanto, o processo de incorporá-las nas práticas pedagógicas têm sido lento e cheio de desafios. Uma vez que os atores interagem e se modificam constantemente, os resultados encontrados oferecem uma estabilização apenas provisória do fenômeno investigado, principalmente se considerarmos a velocidade com que ocorrem mudanças na sociedade atual.

Nessa perspectiva, os professores devem promover atividades de ensino que fomentem a capacidade de compreensão sobre o uso dos recursos tecnológicos, bem com a capacidade de criticá-lo se for necessário. Com essas atitudes, espera-se que os professores e os estudantes diante de uma tela com diversas informações tenham condições de reelaborá-la, formando um conceito sobre tal experiência.

É nesse sentido que o lembrar, em tempos de tecnologias digitais, se converte no elaborar, sobretudo na elaboração de relações conceituais que auxiliam a contestar o sortilégio das imagens digitais que reificadamente são impostas como algo em si e por si. Mas, para que isso ocorra, torna-se crucial a autocrítica de professores e alunos que promova a reconstrução das estruturas identitárias de ambos. (ZUIN, A.; ZUIN, V., 2017, p. 231).

A pesquisadora portuguesa Rita Brito (2017) realizou um levantamento bibliográfico sobre as percepções dos pais portugueses acerca da utilização das tecnologias pelos filhos, em que se constatou que os pais são ávidos utilizadores de tecnologias. E, ainda, famílias com crianças têm maior probabilidade de ter acesso a uma grande variedade de TICs em casa do que famílias sem crianças.

Essas tecnologias, em vez de substituírem as interações face a face, permitem fortalecer os laços familiares, uma vez que as crianças e mesmo os pais se sentem mais perto da família do que quando não tinham acesso a esses recursos: “As imagens da televisão estão presentes para conferir brilho à vida cinzenta do observador, propiciando, também, um suposto efeito socializador ao reunir membros da família e amigos, cujos laços sociais já se encontram enfraquecidos, pois não há mais espaço para o diálogo” (PEDROSSIAN, 2008, p. 164).

Nas relações familiares ocorre uma falsa impressão de proximidade e construção de vínculos que apenas existem na medida em que são percebidas midiaticamente e

eletronicamente. As famílias de classes sociais baixas tendem a ter regras restritivas quanto à utilização dos recursos tecnológicos, sendo comum o uso estar condicionado a recompensa ou castigo. Por outro lado, pais de classes sociais elevadas consideram as tecnologias relevantes para o futuro dos filhos. Esses pais possuem competências digitais e permitem que as crianças utilizem as tecnologias durante mais tempo, aprendendo a usá-las por meio de tentativa e erro. Como consequência, as crianças adquirem competências digitais — e os filhos de pais mais competentes nesse âmbito tendem a ser mais competentes nesta utilização do que as crianças filhas de pais pouco competentes no manejo de tecnologias digitais (BRITO, 2017).

Dessa maneira, pode-se inferir que as famílias não dispõem ainda de uma estratégia para lidar com uso de tecnologia em casa tendo em vista sua apropriação no sentido de promover o conhecimento. Para algumas delas o uso de recursos tecnológicos se restringe a garantir a competência digital, ou seja, o melhor manejo do recurso tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade o senso prático do mundo do trabalho tem substituído a formação para a emancipação humana, capaz de dar autonomia ao sujeito. O atual modelo econômico influencia todas as formas de organização social, ou seja, família, escola, trabalho e relações sociais. Pela lógica do consumo não há necessidade de apreender ou produzir experiências novas; sobretudo, o que existe é um ser humano fragmentado e com poucas condições de tecer crítica ao seu modo de vida. Afinal, ele já possui todas as informações que julga necessárias, pela lógica utilitarista.

As novas possibilidades de leitura e comunicação ocasionadas pelo uso de recursos tecnológicos parecem facilitar a repetição em detrimento das possibilidades de elaboração, crítica, criação, ruptura ou novos aprendizados do sujeito que as utiliza.

A sociedade atual coloca uma série de obstáculos à realização humana devido às várias contradições que persistem, como a da técnica, que deveria libertar o humano, mas cumpre também a função de acorrentá-lo ao mundo do trabalho. A competitividade continua sendo uma forma de sociabilidade dominante, o que tem gerado individualismo e empobrecimento da vida psíquica. Por outro lado, essa mesma sociedade mostra que somente por meio da identificação com as diferenças, da autocrítica e da responsabilização os humanos serão capazes de avançar para uma educação que garanta a autonomia dos sujeitos, dado que “a

única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a auto-reflexão crítica sobre a semiformação, em que necessariamente se converteu” (ADORNO, 2005, p. 18).

Nesse sentido, a sociedade necessita realizar uma autocrítica sobre o uso dos recursos tecnológicos, garantindo, assim, que a autoridade dos pais e dos professores possa ser exercida e seus conhecimentos e experiências possam ser respeitados e recebidos pelas novas gerações.

THE USE OF TECHNOLOGICAL RESOURCES AND ITS INFLUENCE IN STUDENT FORMATION

Abstract: The continuous flow of information in everyday life and the changes in the way of learning and teaching due to the diffusion of technologies have made relevant the studies of the impact of these transformations in the educational areas. This research present study seeks to understand how the use of technological resources, in the domestic and school areas, influences the process of schooling and student formation. A bibliographic research was carried out in which some of the limits of the possibility of technology being an ally in the formation process were studied. The analysis and interpretation of the available material allow to infer that the use of technological resources, whether in the family context or in the school context, should be closely related to an idea of human formation for autonomy and not just technical schooling. It is seen that technological resources have become new means of culture industry, which tends to turn culture into commodity, and its use in everyday life needs to be carefully reflected, since it contributes to semiformation. Parents and teachers play important roles in the formation process, since they are mediators capable of providing autonomy to the student. Parents are not mere enforcers of rules, just as teachers should play their role beyond the transmission of content. It is therefore necessary to think about the effects of the use of technological resources on the lives of children and young people to provide subsidies to parents and teachers in order to promote the rational use of technology in school education and student formation.

Keywords: Schooling. Formation. Family and Education. Technology and Education.

EL USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS Y SU INFLUENCIA EN LA FORMACIÓN DEL ESTUDIANTE

Resumen: El flujo continuo de información en la vida cotidiana y los cambios en la forma de aprender y enseñar debido a la difusión de tecnologías hicieron relevantes los estudios del impacto de esas transformaciones en el campo educativo. El presente estudio busca comprender el modo como el uso de recursos tecnológicos, en las esferas doméstica y escolar, influye en el proceso de escolarización y formación del estudiante. Se realizó una investigación bibliográfica en la que se estudiaron algunos de los límites de la posibilidad de que la tecnología fuera una aliada en el proceso de formación. El análisis y la interpretación del material disponible permiten inferir que el uso de recursos tecnológicos, sea en el contexto familiar, sea en el escolar, debe estar estrechamente relacionado con una idea de formación humana para la autonomía y no sólo de escolarización para una formación técnica. Se ve que los recursos tecnológicos se han convertido en nuevos medios de la industria cultural, que tiende a transformar la cultura en mercancía, y su uso en la vida cotidiana necesita ser reflejado con cuidado, ya que contribuye a la semiformación. Los padres y los profesores desempeñan importantes papeles en el proceso de formación, ya que son mediadores capaces de propiciar autonomía al estudiante. Los padres no son meros impostores de reglas, así como los profesores deben desempeñar su papel más allá de la transmisión de contenidos. Por lo tanto, cabe pensar los efectos del uso de los recursos tecnológicos en la vida de niños y jóvenes para proporcionar subsidios a los padres y profesores para poder promover el uso racional de la tecnología en la educación escolar y en la formación de los estudiantes.

Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.28-46, Març./Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6146.

Palabras clave: Escolarización. Formación. Família y Educación. Tecnología y Educación.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. Teoria da semicultura. **Primeira Versão**, Porto Velho, ano 4, v. 8, n. 191, maio/ago. 2005.

ALMEIDA, M. E. B. Educação e tecnologias no Brasil e em Portugal em três momentos de sua história. **Educação, Formação & Tecnologias**, v.1, n. 1, p. 23-36, 2008. Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/issue/view/5>>.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BATISTA, D. E. Reflexos sobre o livro *O declínio da transmissão na educação: notas psicanalíticas*: um elogio à escola pública, laica e gratuita. In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta, 2014. p. 95-113.

BRASIL. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_348748_PORTARIA_N_522_DE_9_DE_ABRIL_DE_1997.aspx>.

BRITO, R. **Família.com**: Famílias, crianças e tecnologias digitais. Covilhã: [S. n.], 2017.

COHEN, R. H. P. O traumático encontro com os outros da educação: a família, a escola e o Estado. **Psicologia em Revista**, v. 10, p. 256-269, 2004.

CROCHÍK, J. L. **O computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

CROCHIK, J. L.; CROCHIK, N. Teoria crítica e educação inclusiva. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v. 14, n. 28, p.134-150, jul./dez. 2008.

CROCHÍK, J. L. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. **Revista Inter Ação**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 15-35, ago. 2007.

DADICO, L. Modos de ler livros em meios digitais: transformações da experiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 725-737, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932017000300725&lng=pt&nrm=iso>.

DUNKER, C. I. L. Tudo o que é sólido desmancha no ar? A liquidez da modernidade como patologia social. In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta, 2014. p. 85-94.

Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 30, n.1, p.28-46, Març./Dez., 2019. ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v30i1.6146.

FREUD, S. Os instintos e seus destinos. **Obras completas**. Volume 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Texto publicado pela primeira vez em 1915)

LEVIN, E. **A função do filho**: espelhos e labirintos da infância. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>.

LOPES, P. M. A.; MELO, M. F. A. Q. O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 38, p. 49-61, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100005>.

LAJONQUIÈRE, L. **Infância e ilusão (PSICO) pedagógica**: escritos de psicanálise e educação. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MINNICELLI, M. Vazio de autoridade hoje ou estamos buscando onde não é? In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta, 2014. p. 195-209.

OLIVEIRA, K. E. J.; PORTO, C. M. **Educação e teoria ator-rede**: fluxos heterogêneos e conexões híbridas. Ilhéus: Editus, 2016.

OLIVEIRA, M. K.; REGO, T.; TRENTO, D. **Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEDROSSIAN, D. R. S. O sofrimento do corpo e da psique sob a dominação social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 159-180, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000200004>.

PEREIRA, W. C. C. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social**: teoria, método e prática. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRETTE, Z. A. P. (Org.). **Psicologia escolar e educacional**: saúde e qualidade de vida. Campinas: Alínea, 2003.

SILVA, L. M.; SANTOS, J. B.; DOURADO, J. Preconceito aos incluídos na educação inclusiva: um estudo em quatro escolas de Salvador (BA). In: SILVA, L. M.; SANTOS, J. B. (Orgs.). **Estudos sobre preconceito e inclusão educacional**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 19-66.

SILVA, P. F. et al. Limites da consciência de professores a respeito dos processos de produção e redução do bullying. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 44-56, abr. 2017.

SOTO, U.; MAYRINK, M. F.; GREGOLIN, I. V. (Orgs.). **Linguagem, educação e virtualidade [online]**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

ZUIN, A. A. S.; ZUIN, V. G. Lembrar para elaborar: reflexões sobre a alfabetização crítica da mídia digital. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 213-234, abr. 2017.